



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Fls. n.º 2

Proc. 0016194

MOCOCA, 21 de fevereiro de 1994.

OF. nº 102/94

Senhor Presidente,

CÂMARA MUNICIPAL = MOCOCA = PROTOCOLO		
Número	Data	Rubrica
139	21/02/94	J

Encaminhamos o anexo Projeto de Lei para ser analisado por essa Douta Câmara em regime de urgência.

A Sociedade Cristã Francisco de Assis é uma obra assistencial que atende as necessidades básicas de menores com problemas familiares, tendo uma finalidade social de alta importância para a população em geral.

Além da finalidade humana e social visando minorar sofrimentos de menores carentes, abandonados pelos pais, a obra localiza-se no Distrito de São Benedito das Areias atendendo a uma vasta gama de pessoas necessitadas do referido Distrito.

Como é dever do Estado e do Município buscar soluções objetivas para os menores carentes, evitando-se que os mesmos fiquem perambulando pelas ruas das cidades, expostos aos mais variados tipos de distorções morais e sociais, e considerando as finalidades acima expostas é que se pretende que essa Douta Câmara autorize convênio referido, o que seria uma ajuda mínima para os abnegados membros que compõe a Diretoria da referida Sociedade.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

DESPACHO

A(s) Comissões
Financeira e Educação
S. Sessões 21/02/1994

Presidente

Exmo. Sr.

JOSÉ POMPEO CORRADI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa

MOCOCA - SP

Atenciosamente

Antônio Naufel
DR. ANTONIO NAUFEL

Prefeito Municipal

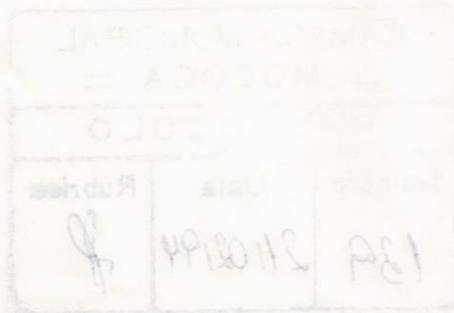
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA



ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

MOCOCA, 21 de fevereiro de 1904.



05. n° 10246

Senhor Presidente,

Encaminhamos o anexo Projeto de lei para
ser subscrito por essa Douta Câmara em razão da utilidade
A Sociedade Criativa Brasileiro de Assis é
uma opção socialmente desejável as necessidades práticas da mesma
com propósitos similares, tendo uma finalidade de tão impor-
tância para a população em geral.
Além da finalidade humana e social visau-
do munícipal softimentar os menores custos, sparingando antes que
a opção fosse feita no Distrito de São Benedito das Missas, quando
a maioria das suas necessidades go referido Distrito.
Gosto de garantir que o Município pro-
curou sempre objetivar para os menores custos, evitando-se de
assim lidar diretamente com os cidadãos, expostos ao maior
risco social que é de descrever a sociedade e a convivência entre
as classes sociais expositas à se frequentar direta ou indireta a
sociedade rural, o que seria uma grande dificuldade de supedades
de convívio respeito à referida Sociedade.

Reiteramos a Vossa Exceléncia os nossos

profundos e cordialissimo e abençoado.

Agradecimento

DR. ANTONIO MAUER
Prefeito Municipal

DESPACHO

A(s) Comissões

2. Zona Rural e Rural
Tribunal de Contas

Baldosas

Exmo. Sr.

JOSÉ POMBO CORRADI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa

MOCOCA - 26



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Fls. n.º 3
Proc. 0016/94

PROJETO DE LEI N.º 010, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1994.

Dispõe sobre Convênio com a Sociedade Cristã Francisco de Assis.

DR. ANTONIO NAUFEL, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, aprovou em Sessão de e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Mococa autorizada a celebrar Convênio com a Sociedade Cristã Francisco de Assis, para o desenvolvimento de suas atividades filantrópicas, de assistência social e conclusão de obras, repassando à mesma o valor mensal equivalente a 16,0135 VRM (Valor de Referência do Município).

Art. 2º - As despesas oriundas do convênio correrão com dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 21 DE FEVEREIRO DE 1994.

DR. ANTONIO NAUFEL

Prefeito Municipal

ADONI MUNICIPAL DE MOCOCA
ESTADO DE SÃO PAULO

desenvolvo no interior

que se desenvolve no interior do Brasil é o de MOCOCA

que é a maior parte das cidades que

DR. ANTONIO MARCELLO, presidente municipal da cidade,

que nasceu em Teófilo Otoni, é de MOCOCA, descreve assim

que o interior de São Paulo é um

que é uma grande e ampla área

MARCELLO

DR. ANTONIO MARCELLO

presidente municipal de MOCOCA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. n.º
Proc. 0016 9/94

MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA e A ENTIDADE ASSISTENCIAL SOCIEDADE CRISTÃ - FRANCISCO DE ASSIS.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, DR. ANTONIO NAUFEL, (qualificar), e de outro lado a entidade assistencial SOCIEDADE CRISTÃ FRANCISCO - DE ASSIS, situada no distrito de São Benedito das Areias, à Rua João Nicolau, 673, neste ato representado por seu Presidente SEBASTIÃO JOSE DE SOUZA, brasileiro, casado, (qualificação), têm entre si certo e ajustado o presente convênio, devidamente autorizado pela Lei ____/94, conforme cláusulas abaixo transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente convênio tem por objetivo o repasse mensal de 16.0135 VFM à entidade SOCIEDADE CRISTÃ - FRANCISO DE ASSIS, para que esta desenvolva suas atividades assistenciais e filantrópicas, bem como de ampliação de construção e despesas com manutenção e materiais.

CLÁUSULA SEGUNDA

A importância prevista na cláusula primeira deverá retroagir à data de 1º de Janeiro de 1994, sendo que as despesas oriundas do presente correrão com dotações próprias do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. n.º 5
Proc. 0016 19/00

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente convênio vigorará até 31 de Dezembro de 1994, podendo ser prorrogado por conveniência das partes.

CLÁUSULA QUARTA

E por estarem certos e combinados, assinam o presente convênio em 03 (três) vias, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Mococa, ----- de ----- de 1994.

DR. ANTONIO NAUFEL
Prefeito Municipal

SEBASTIÃO JOSÉ DE SOUZA
Presidente



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Fls. n.º 6
Proc. 001694/88

O valor de referência do Município no mês de fevereiro é CR\$ 13.372,77 (Treze mil trezentos e setenta e dois / cruzeiros reais e setenta e sete centavos).

01- Salário Minimo no mês de fevereiro é de CR\$ 42.829,00 (Quarenta e dois mil oitocentos e vinte nove cruzeiros Reais.)

05- Salários minimos corresponde a CR\$ 214.145,00 (Duzentos e quatorze mil cento e quarenta e cinco cruzeiros reais.)

CR\$ 214.145,00 = 16.0135 (valor de referencia do
13.372,77
Município.

Mococa, 21 de fevereiro de 1.994



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo



O valor da remessa ao município ou em que é fevereiro é
CR\$ 13.325,77 (Trinta e um mil trezentos e setenta e dois
centavos reais e setenta e seis centavos).

O I - Salário Mínimo em que é fevereiro é de CR\$ 48.850,00
correspondente a uma vinte e quatro mil quinhentas e
(Quarenta e seis reais).

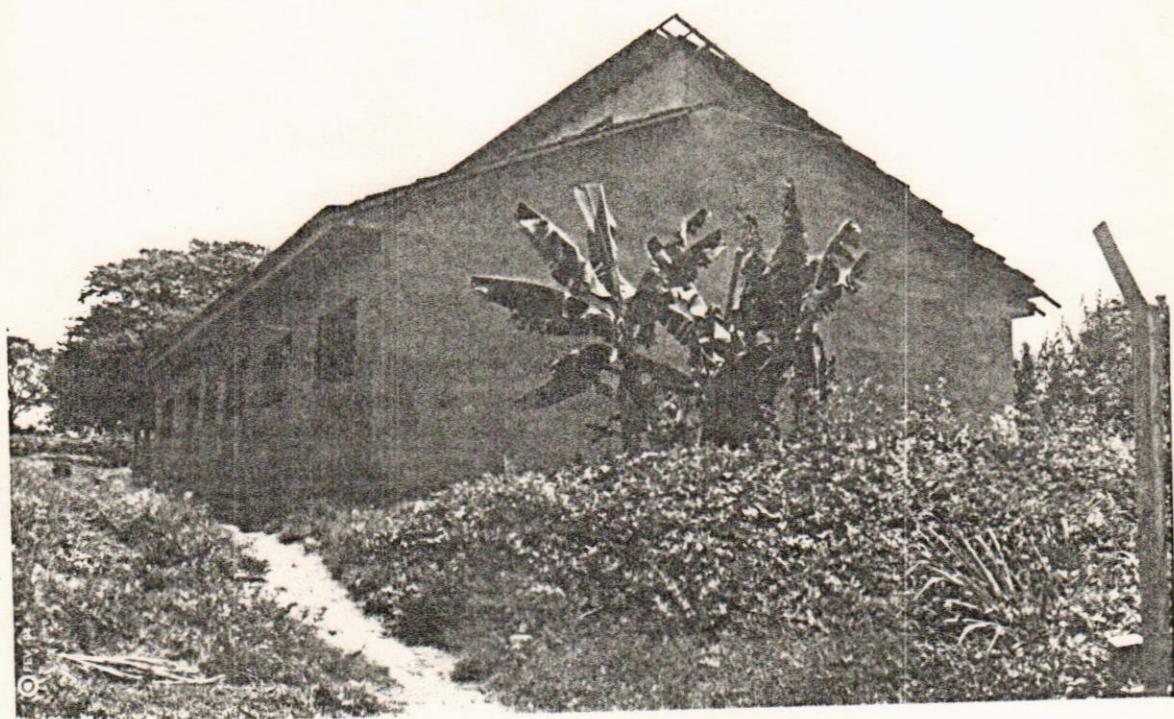
O P - Salário mínimo correspondente a CR\$ 514.145,00 (Quinze
centos e setenta e oito mil quinhentas e cinquenta e cinco reais).

do que o valor da remessa é de CR\$ 514.145,00 =
CR\$ 13.325,77
Município.

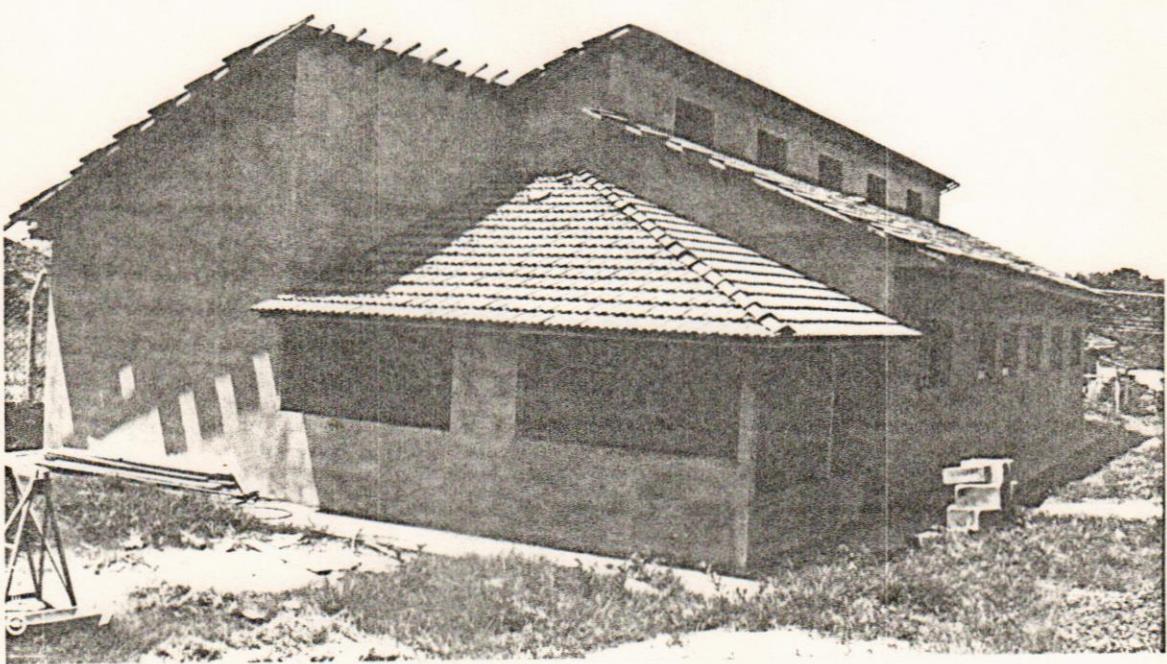
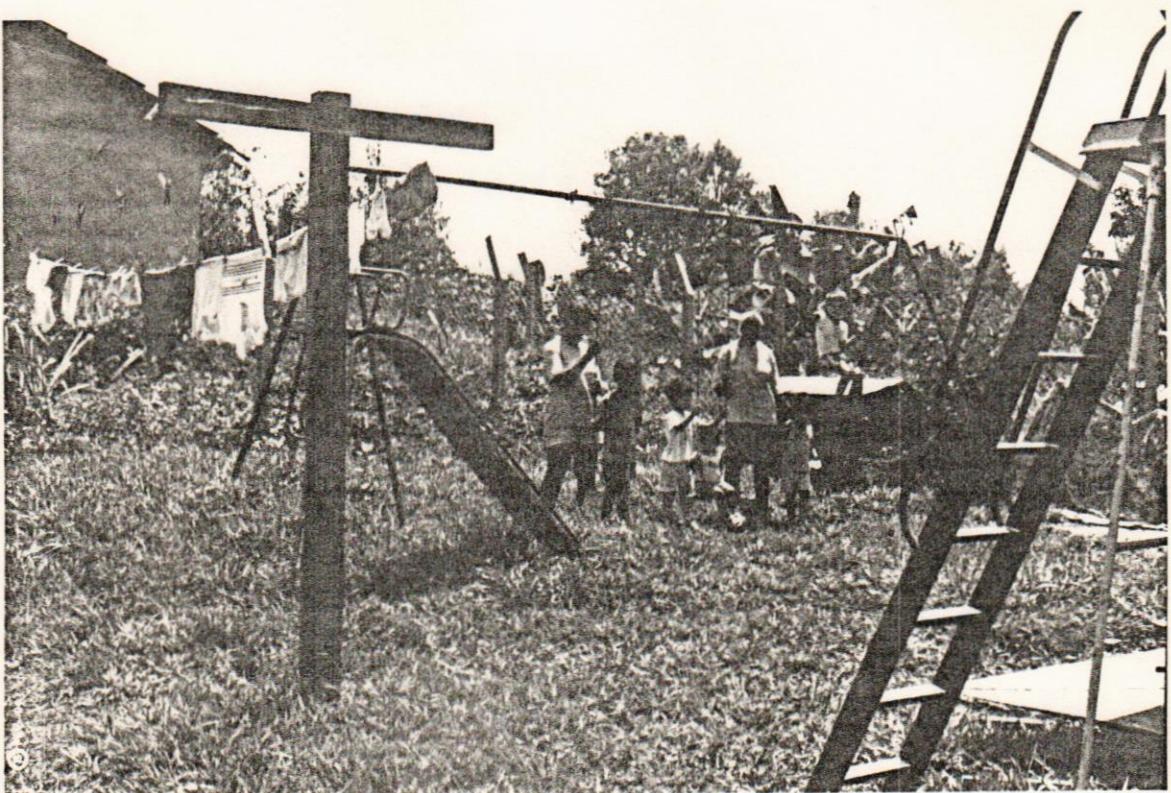
Mococa, 21 de fevereiro de 1.994



Fls. n.º 9
Proc. 0016 1976

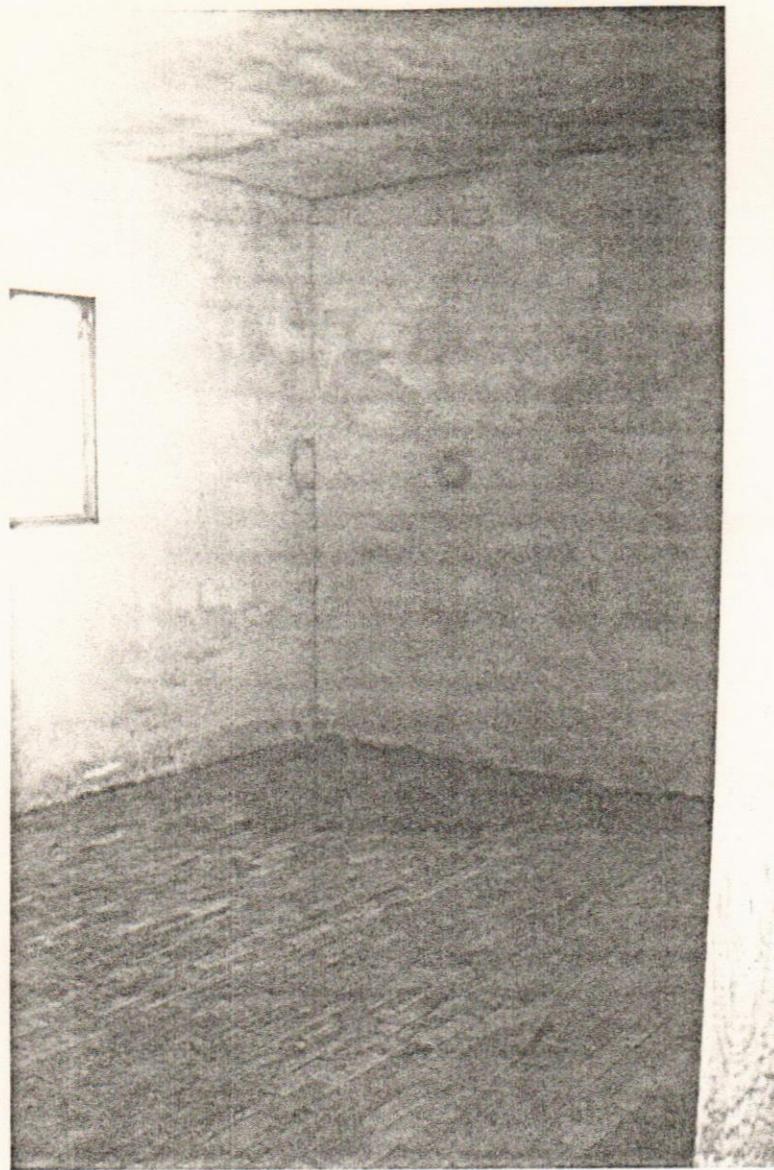


Fls. n.º 8
Proc. 0016 9/6/80



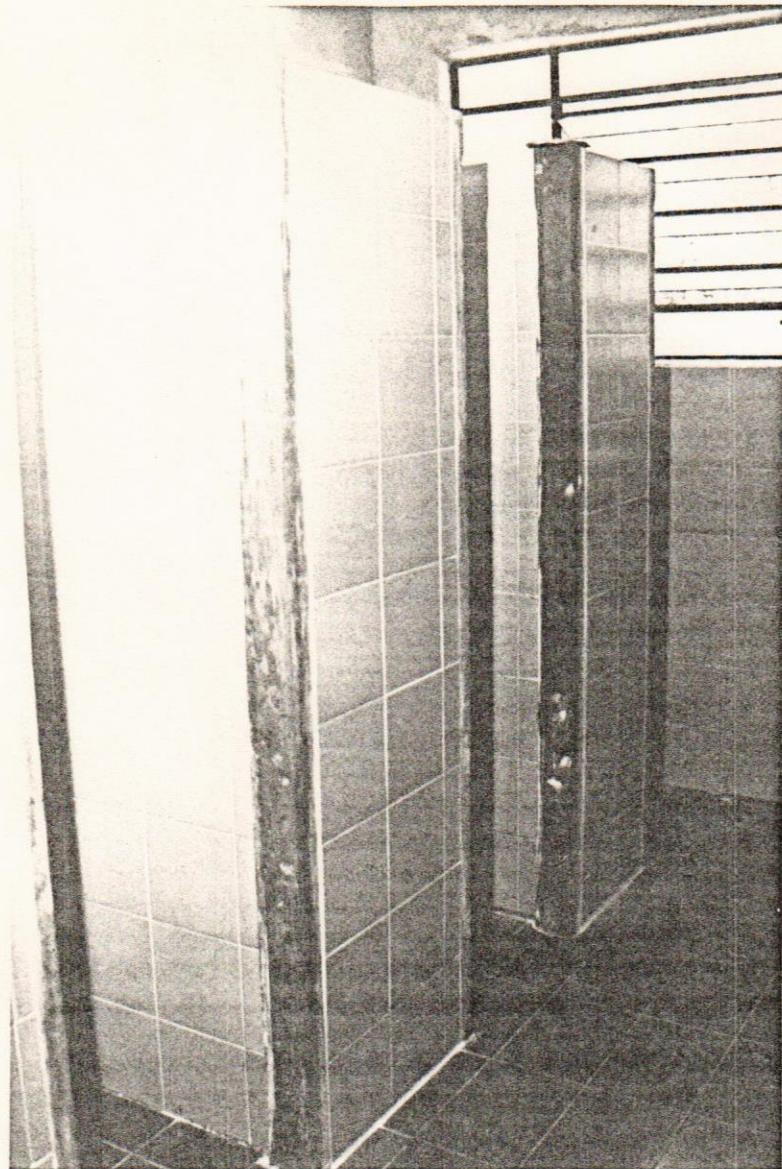
Fls. n.º 9
Proc. 0016 94/00



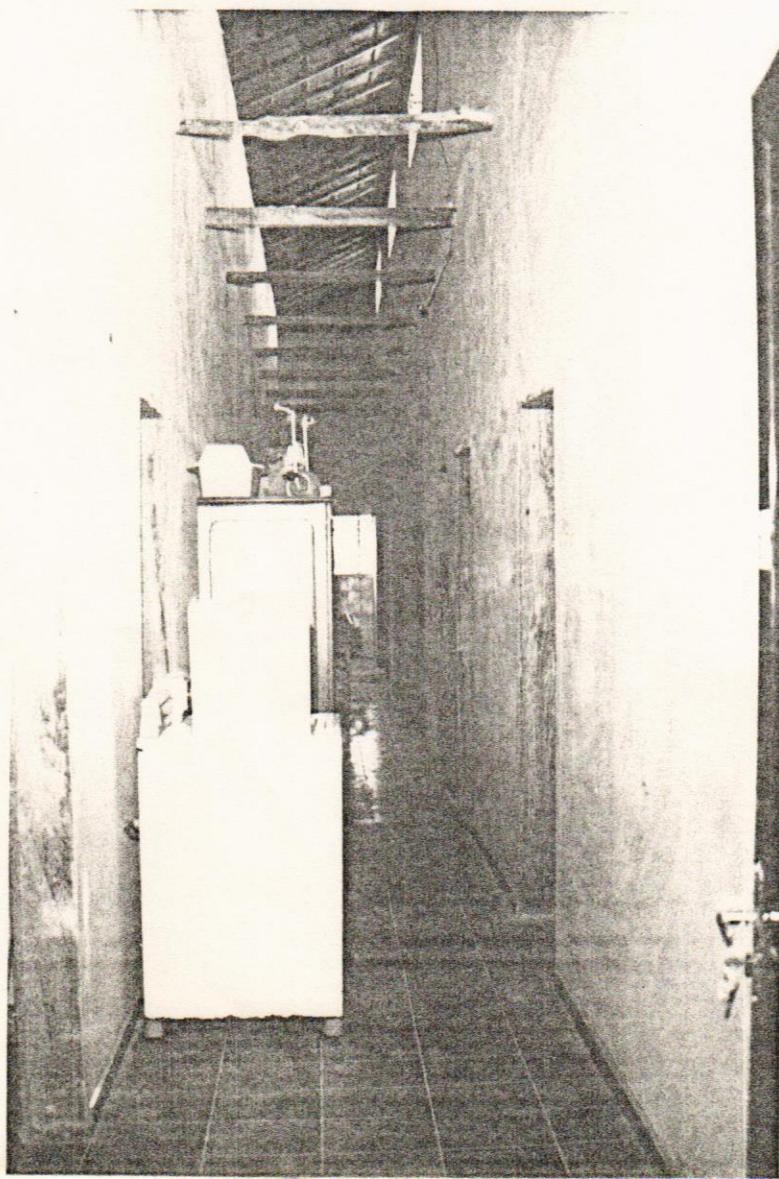


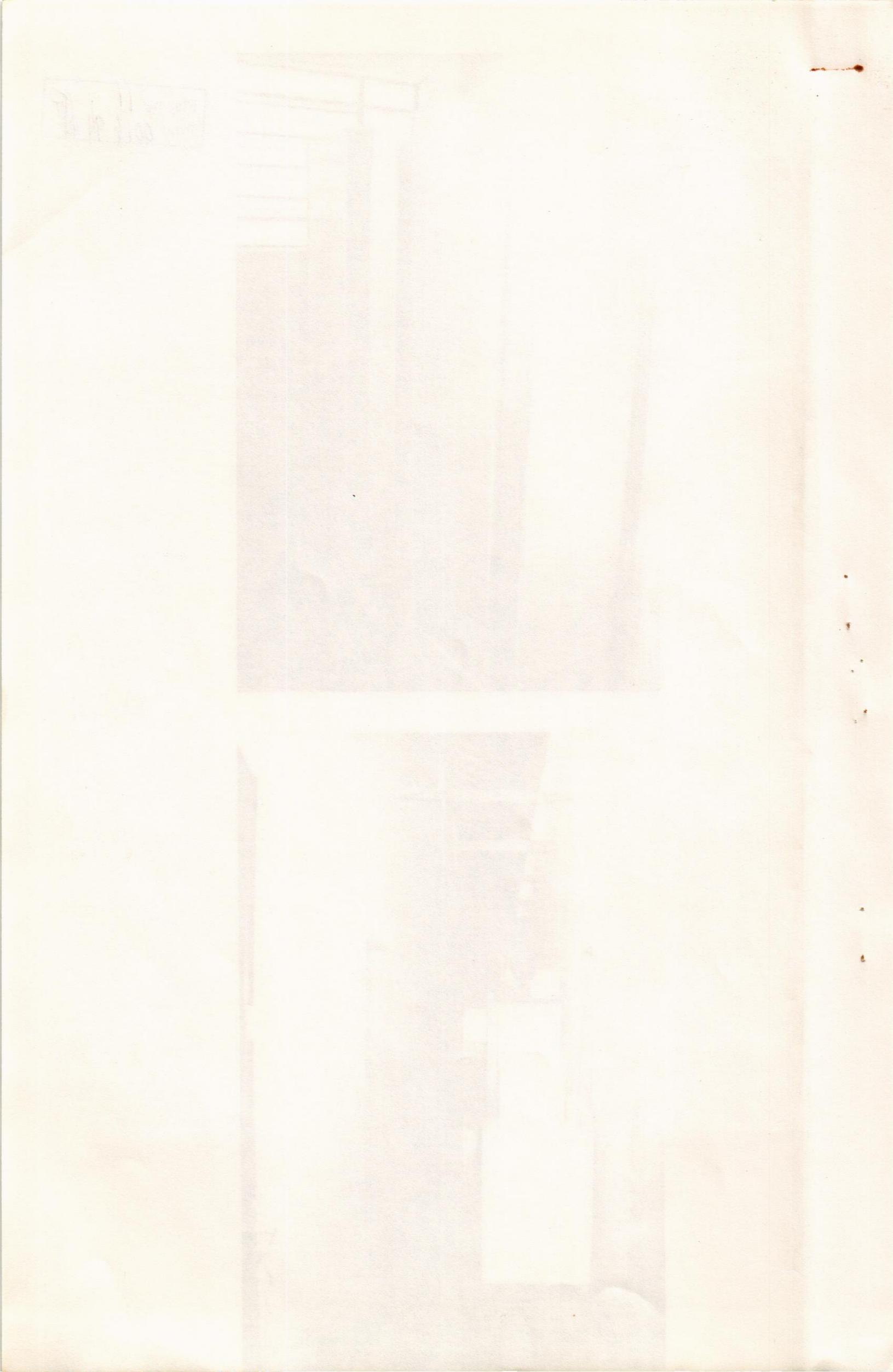
Fls. n.º 10
Proc. 0016 94 68





Fls. n.º 11
Proc. 0016 9/1 99





Registado

ESTATUTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ,ADAPTADOS E REFORMULADOS CONFORME
ASSEMBLEIA EM 28/11/93 DA SOCIEDADE CRISTÃ FRANCISCO DE ASSIS.

Assembleias:

Fls. n.º 12
Proc. 0016 94/95

CAPITULO I: Os sócios não residem na localidade, nem se sujeitam
pelos encargos da instituição.

Da denominação, sede e afins

CAPITULO III

Art.1o.: A Sociedade Cristã Francisco de Assis, constituída aos cinco (05) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1.989), é uma entidade civil, sem fins lucrativos, a que terá duração por tempo indeterminado, sede no Município de Mococa, no distrito de São Benedito das Areias, Estado de São Paulo e fôro na Comarca de Mococa.

II- Diretoria e Conselho Fiscal:

Art.2o.: A Sociedade Cristã Francisco de Assis tem por finalidade a promoção e manutenção de atividades assistenciais, de natureza educacional, cultural, filantrópicas e benficiares, às crianças orfãs e à infância, destinando-se, também, a exercer outras atividades promocionais.

Parágrafo único: A entidade manterá e administrará o "Lar da Criança", fornecendo gratuitamente abrigo, alimentos, tratamento de saúde preventivo, educação às crianças carentes e orfãs em idade de dois (02) a máxima de doze (12) anos, de ambos os sexos, residentes em todo o território nacional;

Art.3o.: No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação quanto à raça, cor condição social, credo político ou religioso;

Art. 13o.: A Assembleia Geral realizará anualmente:

Art.4o.: A entidade terá um regimento interno, que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento;

I- Discutir e homologar;

Art.5o.: Às cfim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas set. fizerem necessárias, mas quais se regerão pelo Regimento Interno publicado no artigo 4o.;

CAPITULO II: Sócios:

I- Pelo Conselho Fiscal;

III- Por reque Dose sósrios: um cargo é sócio diretor, com suas obrigações sociais;

Art. 6o.: A Sociedade Cristã Francisco de Assis é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, benemérito e contribuinte;

Art.7o.: São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

Parágrafo único: Qualquer associado pode ser candidato:

I- votar e ser votado para os cargos eletivos;

III- tomar parte das assembleias gerais;

Art. 8o.: São deveres dos sócios:

Votar e ser votado para os cargos eletivos;

I- Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

1869.09.10. 1969.09.21. 1970.09.21. 1971.09.21.
1972.09.21. 1973.09.21. 1974.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.
1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.
1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.
1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.
1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.
1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21. 1975.09.21.

III-^a Acatar as determinações da Diretoria e das resoluções das Assémléias; mais de uma reunião constitutiva.

Art. 9º.: Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da instituição, salvo de atividades:

- I- elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, projeto de lei;
- II- elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, projeto de lei;
- III- elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, projeto de lei;
- IV- contratar e demitir funcionários.

Art. 10º.: A Sociedade Cristã Francisco de Assis será administrada por diretorio.

Art. 11º.: A diretoria reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês:

- I- Assembléia Geral; e, sempre que necessário:
- II- Diretoria e
- III- Conselho Fiscal; Presidente.

Art. 11º.: A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos políticos e estatutários; e, sempre que necessário:

- III- Presidir a Assembléia Geral;

Art. 12º.: Compete à Assembléia Geral:

- I- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II- Decidir sobre reformas no estatuto;
- III- Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 30;
- IV- Decidir sobre a conveniência de alienar, cedê, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V- Aprovar o regimento interno;

Art. 13º.: Convocada a Assembléia Geral:

Art. 13º.: A Assembléia Geral, realizar-se-á ordinariamente, uma vez por mês para:

- I- Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II- Discussões e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 14º.: A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- Pela Diretoria;

- II- Pelo Conselho Fiscal;

- III- Por requerimento de um terço (1/3) dos sócios quites com as obrigações sociais;

Art. 15º.: A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

dia da constituição, todos comparecerão.

Parágrafo único: Qualquer assembleia instalar-se-á em primeira convocação, com a maioria dos sócios, e, em segunda convocação, com qualquer número.

IV- apresentar o relatório anual.

Art. 16º.: A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros, da seguinte forma:

111

1948-11-11

1948-11-11

111. 1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

1948-11-11

documentos relativos à tesouraria, inclusive com o respectivo balanço.

Parágrafo Único: O mandato da Diretoria será de cinco (5) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 24º: Compete ao Segundo Tesoureiro: I - elaborar e executar o programa anual de atividades; II - elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, o Relatório anual; III - entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração com atividades de interesse comum; IV - contratar e demitir funcionários; V - gerir os bens da entidade;

Parágrafo 1º: O mandato da Diretoria será de cinco (5) anos.

Art. 18º: A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário; respeitado o respectivo suplemento, até seu término.

Art. 19º: Compete ao Presidente:

Art. 26º: Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Representar a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno; III - Presidir a Assembléia Geral; IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; V - elaborar o relatório anual da Diretoria;

Art. 20º: Compete ao Vice-Presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;

Art. 21º: Compete ao Primeiro-Secretário:

- I - Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes atas;
- II - Publicar todas as notícias das atividades da entidade;

Do patrimônio

Art. 22º: Compete ao segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro-Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro-Secretário;

Art. 29º: No caso da dissolução social da instituição, é de sua responsabilidade:

Art. 23º: Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos em dinheiro e espécie, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;
- II - pagar as contas das despesas autorizadas pelo Presidente;
- III - apresentar relatório de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV - apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- V - apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI - conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e



as these circumstances, the members of Congress, generally,
are of opinion that it is necessary and expedient to make

such a change in the Constitution as will provide for
the admission of new States, so as to secure to all
the inhabitants of the United States an equal representation
in the Senate, and to the inhabitants of the new States
a representation proportioned to their numbers.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

It is also the opinion of these members that it is expedient
to provide for the admission of new States into the Union,

and that the time has arrived when the admission of new
States into the Union should be made, and that the time
is now ripe for the adoption of such a measure.

Fls. n.º 15
Proc. 0016 94

documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;
VII- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

Art. 24º.: Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções, substituindo-o nas faltas e impedimentos, e, em caso de vacância, assumir o mandato até o seu término;

Art. 25º.: O Conselho Fiscal será sempre composto por cinco (05) membros, seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral;

Parágrafo 1º: O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

Parágrafo 2º: Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término;

Art. 26º.: Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II- examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III- apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
- IV- opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da instituição;

Parágrafo Único: O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada três (03) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 27º.: As atividades dos diretores e conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;

CAPITULO IV

Do patrimônio:

Art. 28º.: O Patrimônio da Entidade será constituído de bens, móveis e imóveis, veículos e semoventes, ações, apólices de dívida pública, contribuições dos associados, auxílios e donativos em dinheiro ou espécie.

Art. 29º.: No caso da dissolução social da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, registrada na Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social (SCFBES) e no Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS);

CAPITULO V

Das disposições gerais:

Art. 30º.: A Sociedade Cristã Francisco de Assis será dissolvida



卷之三

新編古今圖書集成·醫學全錄卷之三

目錄

本草綱目 卷之三

目錄

卷之三

卷之三

por decisão da Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se torne impossível a continuação de suas atividades.

Art. 31º.: O presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 32º.: Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral;

Art. 33º.: O presente estatuto entrou em vigor a partir da Assembléia Geral realizada em 28 de novembro de 1993, sendo lavrada ata, contendo integralmente as deliberações respectivas.

O referido estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral realizada em 28 de novembro de 1993, sendo a presente, cópia fiel do original, lavrado no livro próprio da Sociedade Cristã Francisco de Assis.

São Benedito das Areias, 09 de dezembro de 1.993

Sebastião José de Souza

Sebastião José de Souza
Presidente da Diretoria



Angelo Donizeti Berti Marino-advo.
OAB/SP.106.467
CPF.091.998.268-95

RECERTIFICAÇÃO DO CARTEIRA DE PESSOAS CIVIS DA SOCIEDADE CRI

Angelo Donizeti Berti Marino-advo.
OAB/SP.106.467
CPF.091.998.268-95

Nome completo do beneficiário do ato Angelo Donizeti Berti	Nº do documento 0016 94/00
Profissão ou função Advogado	Órgão
Setor Técico SERGIO SOARES	Município - Estado de São Paulo
5	

Fls. n.º 17
Proc. 0016 14 AP

Assim sendo, ab o descrevendo o Estatuto Social Extraordinária, especificamente
que consta que esse é o documento que deve ser feito para a constituição de
uma sociedade que tem como finalidade a realização de atividades econômicas.

No artigo 4º do Artigo 71º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215 de 27.04.63, inserida

pela Lei nº 6.884 de 09.12.80 c.c. o Provimento nº 9/81
da Corregedoria Geral da Justiça), visto estes documentos

para que produze os efeitos legais." Mococa, 30 de Novembro
de 1993. -x-

Angelo Donizeti Berti Marino - advº 30 -
Residente da firma de Advocacia Cristófalo Brancifaco
OAB/SP 106.467

CPF 091.998.268-95

Mococa, 30 de dezembro de 1993

Angelo Berti Marino

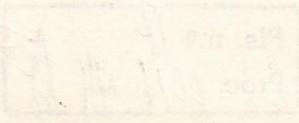
Residente da Diretoria

...guba-oniam lamer Martini plesca
Rap. 0016 14 AP

==CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS/MOCOCA==

C E R T I F I C O = = que o presente "Estatuto Social" foi prenunciado sob o nº 6.419 à página 105 do Protocolo "A-2" e no mesmo dia foi devidamente R E G I S T R A D O sob o nº R-366 (TREZENTOS E SESSENTA E SEIS) às fls. 142 do livro "A-2" de "Pessoas Jurídicas" e do qual uma cópia fica arquivada em Cartório. = = O referido é verdade e dou fé. = = Mococa, dois (02) de Fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro (1994). = = Eu, Luis Sergio Boarati, Oficial do registro, a datilo grafei e subscrevi.*

Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos.
Protesto de Títulos.
BEL. LUIS SERGIO BOARATI
Oficial
Mococa - Estado de São Paulo



50

ANEXO 10. PÚBLICO MÍDIA DA MÍDIA DIGITAL DA RIBERIA DO COTILHEIRO

Este documento foi feito com base na necessidade de uso da mídia digital da Ribeira do Cotilheiro para a realização de um projeto intitulado "Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Ribeira do Cotilheiro". O projeto visa promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade local, através da criação de uma estrutura de apoio à agricultura familiar e ao turismo rural. O projeto também visa contribuir para a preservação ambiental da área, promovendo a conscientização da população sobre a importância da conservação da natureza e a sustentabilidade. O projeto é realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e a Fundação de Desenvolvimento Sustentável (FDS). O projeto é financiado por meio de recursos próprios da Ribeira do Cotilheiro e apoio da FDS.

O projeto tem como objetivo principal promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico da Ribeira do Cotilheiro, através da criação de uma estrutura de apoio à agricultura familiar e ao turismo rural.

O projeto é realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e a Fundação de Desenvolvimento Sustentável (FDS).

O projeto é financiado por meio de recursos próprios da Ribeira do Cotilheiro e apoio da FDS.

O projeto tem como objetivo principal promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico da Ribeira do Cotilheiro, através da criação de uma estrutura de apoio à agricultura familiar e ao turismo rural.

O projeto é realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e a Fundação de Desenvolvimento Sustentável (FDS).

O projeto é financiado por meio de recursos próprios da Ribeira do Cotilheiro e apoio da FDS.

O projeto tem como objetivo principal promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico da Ribeira do Cotilheiro, através da criação de uma estrutura de apoio à agricultura familiar e ao turismo rural.

O projeto é realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e a Fundação de Desenvolvimento Sustentável (FDS).

nicipal de Mococa,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 21 de dezembro de 1992, aprovou Projeto de Lei de autoria do Vereador Ilto Francisco Coelho e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar à Câmara Municipal, relações mensais das remissões de dívidas municipais concedidas.

Parágrafo 1.º — As relações de que trata o caput do artigo deverão ser enviadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 2.º — Na mesma época em que o Poder Executivo remeter a relação dos beneficiados pela remissão, deverá fazer a publicação da mesma em jornal local.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mococa,

29 de dezembro de 1992

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA

Prefeito Municipal

PAULO CELSO DE CARVALHO PUCCIARELLI

Assessor Jurídico

—○—

LEI N.º 2.350, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Dispondo sobre distribuição obrigatória de preservativos por parte dos Motéis do Município.

Francisco José Vieira Guerra, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 21 de dezembro de 1992, aprovou Projeto de Lei de autoria do Vereador Dr. Jair Rotta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Ficam os Motéis do Município obrigados a distribuir preservativos, tipo (camisa de vênus) a todos os seus usuários.

Art. 2.º — A fiscalização da presente Lei, ficará aos cuidados do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 3.º — É obrigatório por parte dos Motéis a fixação de cartazes nas portarias e nas demais dependências a colocação de folhetos explicativos, de como evitar o contágio pela AIDS.

Art. 4.º — O Executivo baixará dentro de 30 (trinta) dias, Decreto regulamentando a execução da presente Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mococa,

29 de dezembro de 1992

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA

Prefeito Municipal

PAULO CELSO DE CARVALHO PUCCIARELLI

Assessor Jurídico

—○—

LEI N.º 2.351, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Declara de Utilidade Pública Entidade que especifica.

Francisco José Vieira Guerra, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de

Mococa, em Sessão realizada no dia 21 de dezembro de 1992, aprovou Projeto de Lei de autoria do Vereador João Batista de Souza e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, no âmbito do Município de Mococa, a Sociedade Cristã Francisco de Assis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mococa,

29 de dezembro de 1992

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA

Prefeito Municipal

PAULO CELSO DE CARVALHO PUCCIARELLI

Assessor Jurídico

Fls. n.º 18

Proc. 0016194/92

DECRETOS

DECRETO N.º 2.637, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1992

Francisco José Vieira Guerra, Prefeito Municipal de Mococa, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — O valor de referência vigente no Município para o mês de dezembro de 1992 passa a ser Cr\$ 310.231,00 (trezentos e dez mil, duzentos e trinta e um cruzeiros).

Art. 2.º — O valor acima é fixado com base na Lei 1908, de 28 de dezembro de 1989, e atende especialmente o Decreto 2.473, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mococa,
01 de dezembro de 1992

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA

Prefeito Municipal

PAULO CELSO DE CARVALHO PUCCIARELLI

Assessor Jurídico

MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO KOHL
Diretor do Depto. de Finanças

DECRETO N.º 2.638, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1992

Francisco José Vieira Guerra, Prefeito Municipal de Mococa, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida de IVO APARECIDO GREGÓRIO para PEDRO BARBOSA a permissão para exploração do Serviço de Táxi.

Art. 2.º — Fica determinado o PONTO ROTIVÁRIA, como local de estacionamento do novo permissionário PEDRO BARBOSA.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mococa,
01 de dezembro de 1992

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA GUERRA

Prefeito Municipal

PAULO CELSO DE CARVALHO PUCCIARELLI

Assessor Jurídico

MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO KOHL
Diretor do Depto. de Finanças

— 10 —
— 11 —

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

DECORAÇÕES

DECORAÇÃO N.º 58 DE 01 DE DEZEMBRO
DE 1903
AASAS DA VIDA
MUSEU MUNICIPAL DE LISBOA

BRASÃO
Enquadramento da parte direita da Sala das Artes, no Museu Municipal de Lisboa. O brasão é de azul com o escudo que contém um leão rampante de ouro, segurando com a pata direita um escudete de prata com uma coroa mural e uma espada de prata com a lâmina curva e a guarda de ouro. No escudete, o leão tem a coroa mural e a espada de prata.

BRASÃO
Enquadramento da parte esquerda da Sala das Artes, no Museu Municipal de Lisboa. O brasão é de azul com o escudo que contém um leão rampante de ouro, segurando com a pata direita um escudete de prata com uma coroa mural e uma espada de prata com a lâmina curva e a guarda de ouro. No escudete, o leão tem a coroa mural e a espada de prata.

BRASÃO
Enquadramento da parte direita da Sala das Artes, no Museu Municipal de Lisboa. O brasão é de azul com o escudo que contém um leão rampante de ouro, segurando com a pata direita um escudete de prata com uma coroa mural e uma espada de prata com a lâmina curva e a guarda de ouro. No escudete, o leão tem a coroa mural e a espada de prata.

BRASÃO
Enquadramento da parte esquerda da Sala das Artes, no Museu Municipal de Lisboa. O brasão é de azul com o escudo que contém um leão rampante de ouro, segurando com a pata direita um escudete de prata com uma coroa mural e uma espada de prata com a lâmina curva e a guarda de ouro. No escudete, o leão tem a coroa mural e a espada de prata.

BRASÃO
Enquadramento da parte direita da Sala das Artes, no Museu Municipal de Lisboa. O brasão é de azul com o escudo que contém um leão rampante de ouro, segurando com a pata direita um escudete de prata com uma coroa mural e uma espada de prata com a lâmina curva e a guarda de ouro. No escudete, o leão tem a coroa mural e a espada de prata.

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal

BRANDING DE CARAVAGGIO
PINTOR MUNDIAL
PAULUS OUDOMIN DE CASTRO HORN
Dilector do Pintor de Portugal



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 19
Proc. 001695

PROJETO DE LEI N.º _____ DE 1.992

Declara de Utilidade Pública
Entidade que especifica.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 14 de dezembro de 1.992, aprovou projeto de lei de autoria do Vereador João Batista de Souza e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, no âmbito do Município de Mococa, a Sociedade Cristã Francisco de Assis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 14 de dezembro de 1.992

João Batista de Souza
Vereador.

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Cristã Francisco de Assis, se funda no mandamento maior de Cristo: o amor ao próximo, pois a entidade se destina à amparar órfãos abandonados e sem expectativa de vida, tornado-os cidadãos úteis à comunidade.

A entidade busca oficialmente sua credencial de utilidade pública para poder receber auxílios oficiais que aumentem sua receita, possibilitando assim atender condignamente seus amparados.

A sociedade extritamente de benemerência, está com suas instalações bem adiantadas, localizadas no Distrito de São benedito das Areias e será mais um estabelecimento assistencial colocado a disposição dos necessitados que vivem na orfandade, mas que encontrarão nesse abrigo um verdadeiro lar.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 14 de dezembro de 1.992

João Batista de Souza
Vereador

Cyanine Malariae ac. Billae

Cyanine *Malariae*

PROYECTO DE PLATEA

... L'asposem de la gomme blanche a une grande
... partie de la cire et de la laitance de la gomme blanche
... de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que
... la gomme blanche a une grande partie de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que

... L'asposem de la gomme blanche a une grande partie de
... la gomme blanche et de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que

... L'asposem de la gomme blanche a une grande partie de
... la gomme blanche et de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que
... la gomme blanche a une grande partie de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que
... la gomme blanche a une grande partie de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que
... la gomme blanche a une grande partie de la cire et de la laitance de la gomme blanche et que

DISPENSATION

A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire. A 20c de gomme blanche, 5c de laitance et 2c de cire.

Cette quantité doit être diluée dans un litre d'eau froide et bien agitée.

Ventreux

Fls. n.º 80
Proc. 0016 94 P

RELAÇÃO NOMINAL E QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA
SOCIEDADE CRISTÃ FRANCISCO DE ASSIS
MANDATO: 28/11/93 a 28/11/98

PRESIDENTE

SEBASTIÃO JOSÉ DE SOUZA

Brasileiro, Casado, RG 9.378.036 SSP-SP., CIC 133977538-72
Profissão: Industrial - Resid.: R. Calimério Gomes, 481,
São Benedito das Areias - Mococa/SP.

VICE-PRESIDENTE

MARIA JOSÉ DE SOUZA FERREIRA COSTA

Brasileira, Casada, Professora, RG 5.550.065, CIC 553374228-
44, Resid.: R. Major Albertin Nogueira, 691, Mococa-SP.

PRIMEIRA SECRETÁRIA

ISABEL CRISTINA DE SOUZA

Brasileira, Solteira, Agente Administrativo, RG 15.130.488
SSP-SP., CIC 055757468-44, Resid.: R. Dr. Livramento Barreto,
481, São Benedito das Areias - Mococa/SP.

SEGUNDA SECRETÁRIA

ROSÂNGELA RIBEIRO DE PAULI

Brasileira, Casada, do Lar, RG 21.127.672, CIC 580701508-82
Resid.: R. Agilberto Figueiredo dos Santos, 634, Mococa/SP.

PRIMEIRA TESOUREIRA

TERESINHA BEATRIZ SOUZA NOBRE DE PAULA

Brasileira, Casada, Assistente Social, RG 13.991.746-9 SSP-
SP., CIC 116604128-03, Resid.: R. João Nicola, 688, São Bene-
dito das Areias, Mococa/SP.

SEGUNDO TESOUREIRO

JOSÉ CANDIDO DE SOUZA

Brasileiro, Casado, Marcineiro, RG 7.332.668, CIC 776271308-
59, R. Rosa Martins, 674, S.Benedito das Areias, Mococa/SP.

S.B.Areias/SP., 24 de Janeiro de 1994

Sebastião José de Souza

SEBASTIÃO JOSÉ DE SOUZA

PRESIDENTE

PRESIDENTE

AO ALTOURHEM DO RODRIGO DE FREITAS E MUNICÍPIO DE
SERRA DO CEDRO PARA ACESSO AO MAR

SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

ANEXO 02 DO PROJETO DE LEI
PROJETO DE LEI N.º 010, DE 2008, DE
ALTERAÇÃO DA LEI N.º 020, DE 2005, QUE
ESTABELECEU AS DISPOSIÇÕES SOBRE
OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, DE
SERRA DO CEDRO, ESTABELECENDO
AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS
ALTERAÇÕES NA LEI N.º 020, DE 2005,

ANEXO 03 DO PROJETO DE LEI
PROJETO DE LEI N.º 010, DE 2008, DE
ALTERAÇÃO DA LEI N.º 020, DE 2005, QUE
ESTABELECEU AS DISPOSIÇÕES SOBRE
OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, DE
SERRA DO CEDRO, ESTABELECENDO
AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS

ALTERAÇÕES NA LEI N.º 020, DE 2005,
QUE ESTABELECEU AS DISPOSIÇÕES SOBRE
OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, DE
SERRA DO CEDRO, ESTABELECENDO
AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS

ALTERAÇÕES NA LEI N.º 020, DE 2005,
QUE ESTABELECEU AS DISPOSIÇÕES SOBRE
OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, DE
SERRA DO CEDRO, ESTABELECENDO
AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS

ALTERAÇÕES NA LEI N.º 020, DE 2005,
QUE ESTABELECEU AS DISPOSIÇÕES SOBRE
OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, DE
SERRA DO CEDRO, ESTABELECENDO
AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS

ALTERAÇÕES NA LEI N.º 020, DE 2005,
QUE ESTABELECEU AS DISPOSIÇÕES SOBRE
OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, DE
SERRA DO CEDRO, ESTABELECENDO
AS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS

Assinatura

ASSINADO PELO PREDADOR

EM 10 DE JUNHO DE 2008



PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Fls. n.º 81
Proc. 0016 94/10

- ATESTADO DE FUNCIONAMENTO -

ATESTO para os devidos fins que a SOCIEDADE CRISTÃ FRANCISCO DE ASSIS, com sede na Rua João Nicla, São Benedito das Areias - Mococa/SP., CGC nº 54.139.860/0001-30, em pleno e regular funcionamento, desde 05.02.1989, cumprindo suas finalidades estatutárias, sendo a sua Diretoria com mandato de 28.11.93 a 28.11.98, constituída dos seguintes membros, de reconhecida idoneidade moral, nada constante que desabone a conduta dos mesmos:

PRESIDENTE: Sebastião José de Souza

RG: 9.378.036 CIC: 133977538-72

Rua Calimério Gomes, 481, S.º São Benedito das Areias/MOCOCA-SP

VICE-PRESIDENTE: Maria José de Souza Ferreira Costa

RG: 5.550.065 CIC: 553374228-4

Rua Major Albertin Nogueira, 691 - MOCOCA-SP.

1ª TESOUREIRA: Terezinha Beatriz Souza Nobre de Paula

RG: 13.991.746-9 CIC: 116604128-03

Rua João Nicola, 673, São Benedito das Areias
Mococa-SP.

2º TESOUREIRO: José Cândido de Souza

RG: 7.332.668 CIC: 776271308-59

Rua Rosa Martins, S.B. das Areias - Mococa-SP.

1ª SECRETÁRIA: Isabel Cristina de Souza

RG: 15.130.488 CIC: 055757468-44

R. Dr. Livramento Barreto, 481, S.B. das Areias
Mococa-SP.

2ª SECRETÁRIA: Rosângela Ribeiro de Pauli

RG: 21.127.672 CIC: 580701508-82

R. Agilberto Figueiredo dos Santos, 634 - Mococa-SP.

Mococa-SP., 20 de Dezembro de 1993

Paulo Marcos Vieira
JUIZ DE DIREITO

Fls. n.º 92
Proc. 0016194-0

RELAÇÃO NOMINAL E QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO
CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE CRISTÃ FRANCISCO DE ASSIS

CONSELHEIROS: MANDATO: 28/11/93 a 28/11/98

ARISTÓTELES ANTÔNIO FERREIRA COSTA
Brasileiro, Casado, RG: 10.630.813, CIC: 329.829.688-00
Profissão: Escrivão de Polícia - Resid.: Rua Major Albertin Nogueira, 691, Mococa-SP.

PAULO RUBENS DE PAULI
Brasileiro, Casado, RG: 6.450.882, CIC: 580.701.508-82
Prof.: eletricitário - Resid.: Rua Agilberto F. dos Santos, 634, Mococa-SP.

JOÃO BATISTA DE SOUZA
Brasileiro, Casado, RG: 16.423.782, CIC: 066.613.078-70
Prof.: Professor - Resid.: Rua Calimério Gomes, 481, São Benedito das Areias - Mococa-SP.

OLÍCIO DOMINGOS DOS SANTOS
Brasileiro, Solteiro, RG: 12.398.142, T.E.: 30701650116
Zona 73^a, Seção 54, Prof.: Faxineiro - Resid.: R. Dr. Livramento Barreto, s/nº, São Benedito das Areias-Mococa/SP.

CLÓVIS NOBRE DE PAULA
Brasileiro, Casado, RG: 10.703.358-1, CIC: 050.564.078-36
Prof.: Jornalista - Resid.: R. João Nicola, 688, São Benedito das Areias, Mococa-SP.

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL - MANDATO: 28/11/93 a 28/11/98

ALCIDES DE SOUZA CASTRO
Brasileiro, Casado, RG: 6.701.431, CIC: 262.089.038-15
Profissão: Pedreiro, Resid.: R. Manoel Carlos Siqueira, 183, Mococa-SP.

GUSTAVO VIEIRA
Brasileiro, Casado, RG: 22.366.058, CIC: 079.844.938-12
Prof.: Sapateiro - Resid.: R. Barão de Monte Santo, 2230, Mococa-SP.

Fls. n.º 23
Proc. 0016 94/00

Continuação: Suplentes do Conselho Fiscal

Mandato: 28/11/93 a 28/11/98

JOÃO MORO

Brasileiro, Casado, Rg: 13.991.707, CIC: 580.693.308-30

**Prof.: Lavrador - Resid.: R. Manoel Carlos Siqueira, 183,
Mococa-SP.**

RITA DE CÁSSIA MARTINS

Brasileira, Casada, RG: 15.652.611, CIC: 059.040.958-13

**Prof.: Bancária - Resid.: R. Calimério Gomes, 449-S.B. Areias
Mococa-SP.**

PALMIRA MENHA VIEIRA

Brasileira, Casada, RG: 19.985.586, CIC: 079.844.938-12

**Prof.: do Lar - Resid.: R. Barão de Monte Santo, 2230,
Mococa-SP.**

Mococa-SP., 20 de Dezembro de 1993

Sebastião José de Souza

Sebastião José de Souza

PRESIDENTE DA DIRETORIA

CLAUDIO MOREIRA

Brasileiro - Casado - RG: 10.000.000.000.000.000

Professora - Professor - RG: 10.000.000.000.000.000

Ciclo das Artes - Mococa-SP

ALCIDES DE SOUZA CASA

Brasileiro - Casado - RG: 10.000.000.000.000.000

Professora - Professor - RG: 10.000.000.000.000.000

100% Autônomo

GUSTAVO VIEIRA

Brasileiro - Casado - RG: 10.000.000.000.000.000

Professor - Mococa-SP

100% Autônomo

20

CONTINUACAO: SABEDORIA DE CONSELHO MAFAL
MAGISTERIO: SERVIÇO A 58/11/1988

5000 MULHERES
02-808.888.888.808-20
BRAZILIA, GUAIBA, RUA 19.000.000, CIC: 880.000.000-20
PROT.: PAVASOS - REA/91: 8. NOME: MARIA GILDETE, 185,
MOCOAS-88.

RELAÇÃO DE CASAL MANTIDA
PROVIMENTO: GENEVA, RG: 18.000.000, CIC: 080.000.000-13
PROT.: REBEQUIS - REA/91: 8. COTIDIANO: GENEVA, 140-8-8, VILA
MOCOAS-88.

MARIA ANNA ANTUNES
15-882.882.882.882-15
BRAZILIA, GENEVA, RG: 18.000.000, CIC: 080.000.000-15
PROT.: TEL: 02-808-2550, 5550,
MOCOAS-88.

MOCOAS-88, 50 DE DEZEMBRO DE 1988

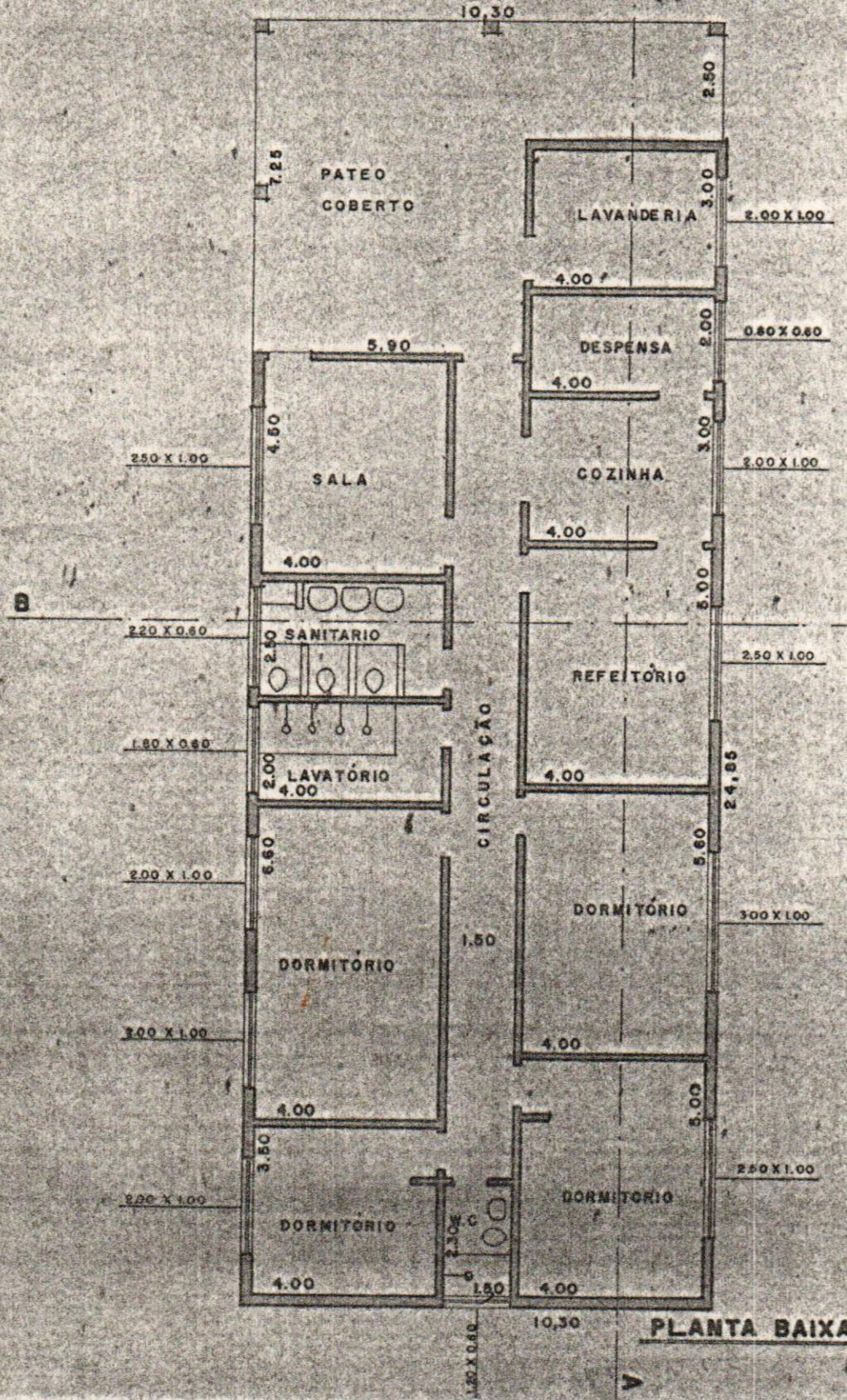
Assinatura
SABEDORIA DO BEM
REGISTRAÇÃO DE DIRETORIA

Fls. n.º 24
Proc. 0016191

OBSERVAÇÃO:

1 AS PAREDES IN
ATE O TETO.

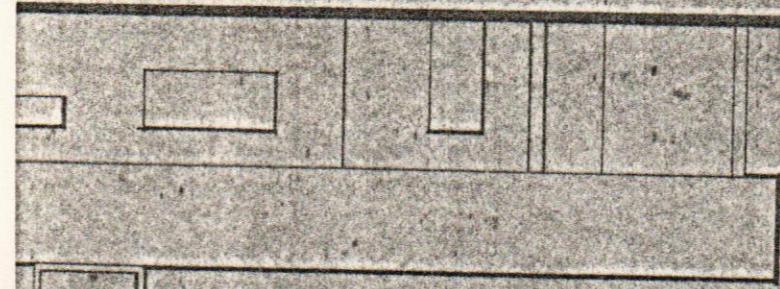
2 AZULEJOS AT



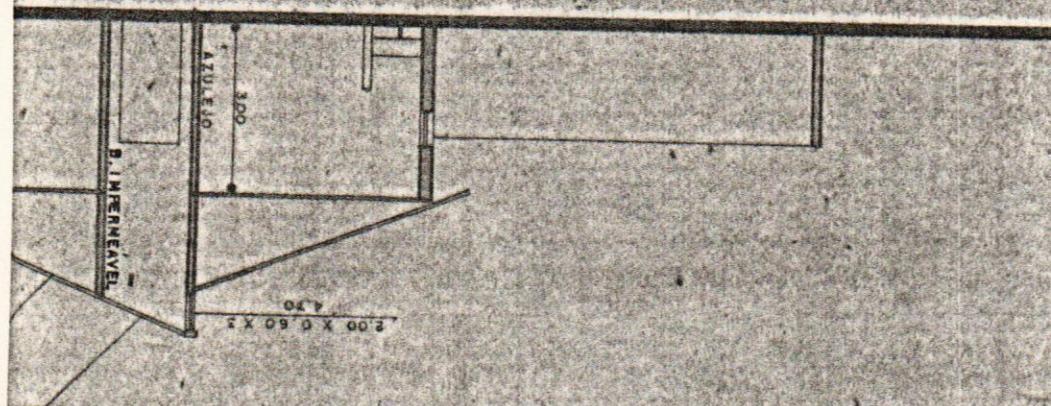
ITA BAIXA

Fls. n.º 25
Proc. 0016/94/00

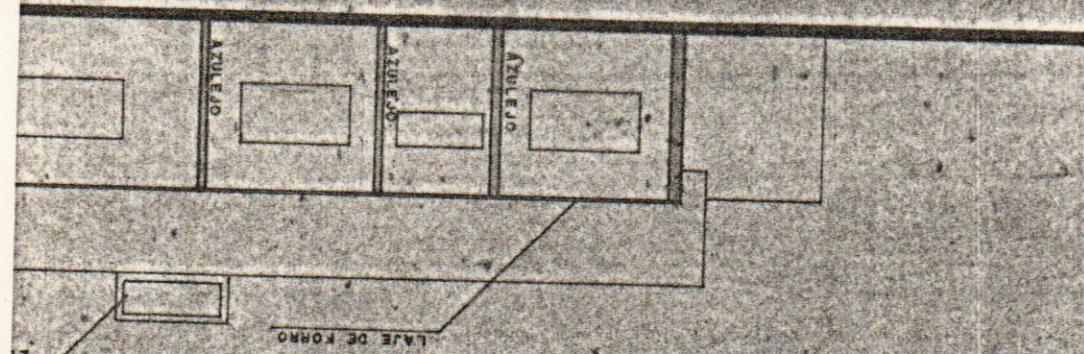
250x100



300x100



2,50x100



2,00x100

0,80x0,80

0,00x0,00

2,50

3,00

2,50

2 AZULEJOS ATÉ O TETO

ATE O TETO, COM ESMALTE SINTETICO

AS PARDES INTERNAS SERAO REVESTIDAS.

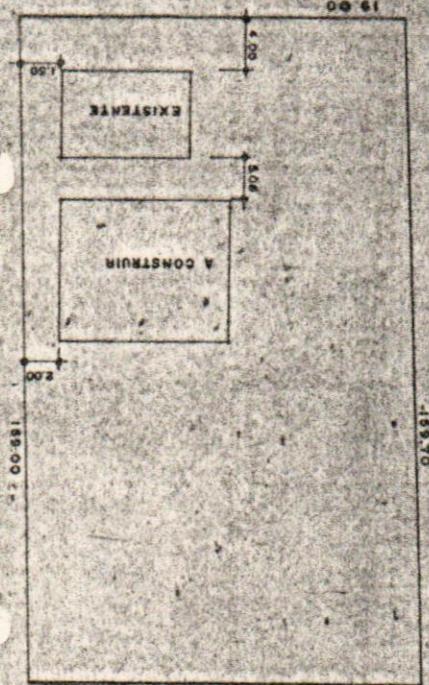
OBSERVAÇÃO:

0,0

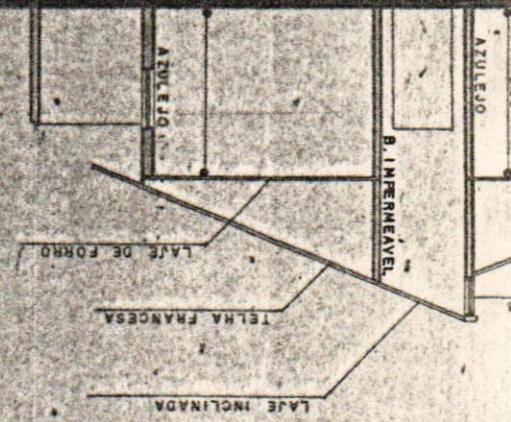
Fls. n.º 26
Proc. 001694/10

FACHADA

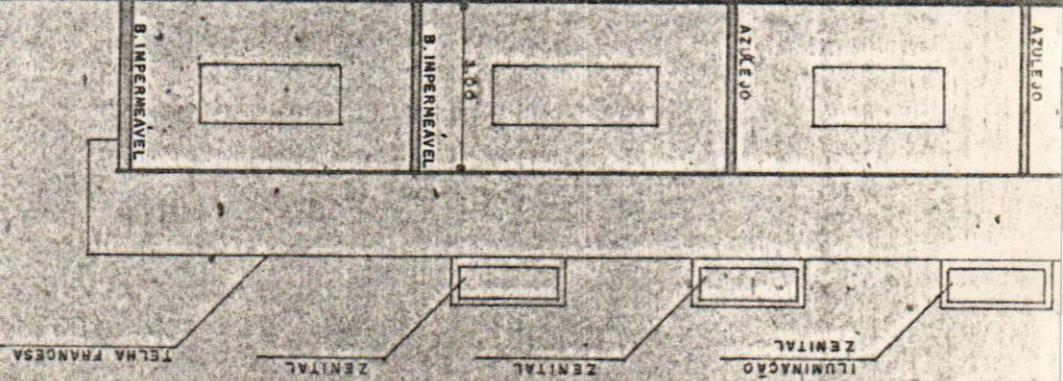
LOCALIZAÇÃO
PLANTA DE



CORTE TRANSVERSAL BB



CORTE LONGITUDINAL AA



PERFIL LONGITUDINAL

+1,35

0.0

PERFIL TRANSVERSAL

F.1
24
00
08
94 JP

En. 1 - ... fls.
002509/08

PROJETO COMPLETO

F.U

PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UM ORFANATO

PROP.: SOCIEDADE CRISTÃ FRANCISCO DE ASSIS

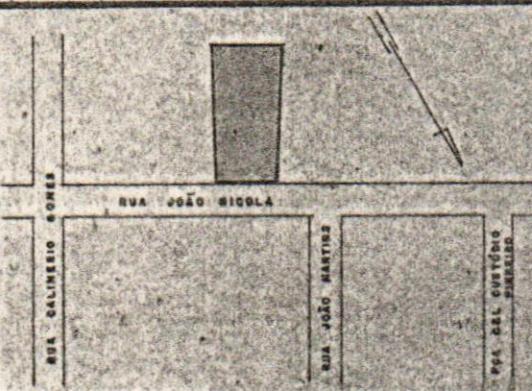
LOCAL: RUA JOÃO NICOLA N° 673

SÃO BENEDITO DAS AREIAS ESCALA 1:100

MOCOCA - S.P.

DECLARAÇÃO

DECLARO QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO
NÃO IMPLICA NO RECONHECIMENTO, POR
PARTE DA PREFEITURA DO DIREITO DE
PROPRIEDADE DO TERRENO



Sebastião José de Souza

[Signature]
Rodolfo Jesus Pontes Filho
Arquiteto
CREA 2484/D - 4^a REGIÃO

AREAS

TERRENO	4.033,30 M ²
EXISTENTE	78,97 M ²
À CONSTRUIR	255,97 M ²
TOTAL	334,94 M ²
LIVRE	3.698,36 M ²

S.E.S

APROVADO
ERSA 55/SUDS-SP - CASA BRANCA
12/03/90 PROCESSO 260/90
[Signature]
Arquiteta - Ersa 55/SUDS-SP
Márcia Cláudia Tachibana
CREA 100322/D
ARQUITETA
SUDS-55 - CASA BRANCA

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Departamento de Obras e Viação
APROVADA
Mococa, 08 de Março de 1993
Eng. Titular do D.O.V.

IAPAS

AGÊNCIA EM MOCOCA - 921-118
Matrícula N.º 01.306.06562/63
Data 08/03/93
Ass. *[Signature]*
Márcia Cláudia Tachibana da Silva
[Signature]

M

Fls. n.º 28
Proc. 0016 94

PROCESSO N.º 0016/94

- PROJETO DE LEI N.º 010/94

Recebimento para estudo e
parcer em 21/2/1994
com o prazo de 15 dias
vencível em 10/3/1994
Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal
de Mococa

PRESIDENTE
Comissão de Justiça

Recebido para estudo e parcer em 21/2/1994
com prazo de 8 dias vencível em 1/3/94
Sala das Comissões em
Mariá Rotta

Recebimento para estudo e
parcer em 21/2/1994
com o prazo de 15 dias
vencível em 10/3/1994
Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal
de Mococa

PRESIDENTE
Comissão de Finanças

Recebido para estudo e parcer em 21/2/1994
com prazo de 8 dias vencível em 1/3/94
Sala das Comissões em
Caparone

Recebimento para estudo e
parcer em 21/2/1994
com o prazo de 15 dias
vencível em 10/3/1994
Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal
de Mococa

PRESIDENTE
Comissão de Obras

Recebido para estudo e parcer em 21/2/1994
com prazo de 8 dias vencível em 1/3/94
Sala das Comissões em
Maria Rotta

APROVADO
Em 19 Discussão por Vagner
Sessão de 21 de 3 de 1994

José Pompeu Corradi
Presidente

APROVADO c/EMENDAS
Em Discussão por
Sessão de 18 de Abril de 1994

José Pompeu Corradi
Presidente

PEDIDO DE VISTA
Do Vereador Norberto Jairis
Vista _____
Sala das Comissões 28/3/94.

Presidente

4800, 96 1000 1000 1000

4800, 96 1000 1000 1000

2000 1000
1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000
1000 1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000

1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000

APPROVADO

DISPONIBILIZADO

EM 05/09/04

SESSÃO DE 05/09/04

APPROVADO (LFG/MSB)

EM 05/09/04

SESSÃO DE 05/09/04

APPROVADO (LFG/MSB)

EM 05/09/04

SESSÃO DE 05/09/04

16/94

Fls. n.º 29
Proc. 0016 941



Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA:- PROJETO DE LEI Nº. 010/94

INTERESSADO:- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA

RELATOR:- DI TALIBERTTI

ASSUNTO:- Dispõe sobre Convênio com a Sociedade Cristã Francisco de Assis, para desenvolvimento de suas atividades filantrópicas.

Como Relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos detalhados da mesma, a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto constitucional, legal e Regimental, e estando meritóriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como esta redigida, exarando parecer FAVORÁVEL à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 15 de março de 1.994

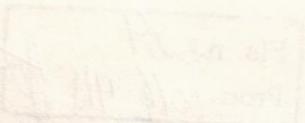
Relator.
Di Talibertti

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 16 de março de 1.994

Dra. Marilia Pereira L. Pucciarelli

Dr. Tadeu Rezende



Comisión Mixta de Medio Ambiente

Decreto de constitución de la Comisión Mixta de Medio Ambiente

Decreto de 10 de octubre de 1984

Presidente Municipal de Morelia

El Presidente

Miguel Soberón González, con su gobernación ejerciendo como presidente municipal de Morelia, para desarrollo de sus funciones, en el ejercicio de sus

funciones y competencias que le confiere la Constitución y las leyes;

Considerando que es necesario establecer la Comisión Mixta de Medio Ambiente, la cual tiene por objeto promover la coordinación entre las autoridades de los tres órdenes de Gobierno, para el desarrollo sostenible del territorio, en el marco de la estrategia de desarrollo sostenible, estableciendo mecanismos de trabajo que permitan la articulación entre las autoridades y las comunidades, así como la promoción de la cultura ambiental, en el desarrollo sostenible.

Por lo tanto, decreta lo siguiente:

Artículo Iº

Se establece la

Comisión Mixta de Medio Ambiente, la cual tendrá las siguientes

funciones y competencias, las que se detallan a continuación:

Artículo IIº
La Comisión Mixta de Medio Ambiente, tendrá las siguientes

funciones y competencias:



Fls. n.º 30
Proc. 0016 19/10

Câmara Municipal de Mococa

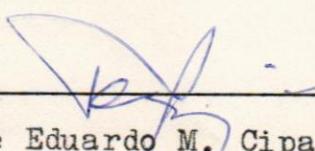
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

REFERÊNCIA :- PROJETO DE LEI Nº.010/94
INTERESSADO :- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA
RELATOR :- DR. JOSÉ EDUARDO MAGALHÃES CIPARRONE
ASSUNTO :- Dispõe sobre Convênio com a Sociedade Cristã Francisco de Assis, para desenvolvimento de suas atividades filantrópicas.

Como Relator da matéria acima epígrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos detalhados quanto ao aspecto financeiro, nada impede seu acolhimento, o que nos leva a exarar parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação, respeitando a forma como está a mesma redigida.

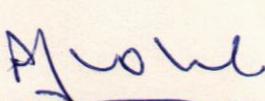
Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 15 de Março de 1994.

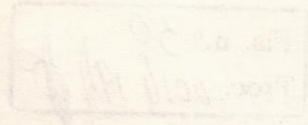

Dr. José Eduardo M. Ciparrone

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 16 de Março de 1994.


Di Taliberti


Natalaisso Pazote



Compte rendu
du séminaire
Méthode et modèles

organisé par le Comité d'enseignement de l'Institut

le 10 octobre 1961 à Paris
par le Professeur Jean-Pierre
Lafitte, Membre du Comité
d'enseignement de l'Institut
et le Professeur Georges
Maurice, Directeur de la
Faculté des sciences de Paris
et membre du Comité
d'enseignement de l'Institut.

Le séminaire a été organisé pour étudier les méthodes et modèles utilisés dans les sciences humaines et sociales, et leur application à la recherche scientifique. Il a été dirigé par le Professeur Jean-Pierre Lafitte et le Professeur Georges Maurice. Les participants étaient principalement des enseignants et chercheurs de l'Institut et de l'Université de Paris, mais aussi de l'étranger. Le séminaire a été divisé en deux parties : une partie théorique sur les méthodes et modèles en sciences humaines et sociales, et une partie pratique sur leur application à la recherche scientifique.

Le séminaire a été très réussi et a permis de faire progresser les connaissances et méthodes dans ce domaine.

Le Professeur Jean-Pierre Lafitte a été nommé à la tête du Comité d'enseignement de l'Institut.

Le Professeur Georges Maurice a été nommé à la tête du Comité d'enseignement de l'Institut.

Le Professeur Jean-Pierre Lafitte a été nommé à la tête du Comité d'enseignement de l'Institut.

Signature

Professeur Jean-Pierre Lafitte

Fls. n.º 31
Proc. 0016 94/88



Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

REFERÊNCIA:- PROJETO DE LEI Nº.010/94

INTERESSADO:- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA

RELATOR:- MARCIA ROTTA

ASSUNTO:- Dispõe sobre Convênio com a Sociedade Cristã Francisco de Assis, para desenvolvimento de suas atividades filantrópicas.

Como Relator da matéria supra mencionada, e dentro das atribuições conferidas a esta Comissão, após estudos detalhados da propositura e tendo em vista seu objetivo, somos pelo seu pleno acolhimento, o que nos leva a exarar parecer FAVORÁVEL à sua aprovação e respeitando seu texto original.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 15 de março de 1.994

Relator
Marcia Rotta

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 16 de março de 1.994

Italo Mazziero Junior

Cido Espanha

400. I. eel oceano de C.I. marcas de submida

400. I. eel oceano de C.I. marcas de submida

L. M. M.

revisado

2010.05.02

observaciones de la marcas de submida o de fondo

400. I. eel oceano de C.I. marcas de submida

L. M. M.

revisado

2010.05.02

Vista Relatada

Processo 0016/94

Projeto de Lei 10/94

solicitante : Vereador Norberto Garib

Fls. n.º 32
Proc. 0016 19/4/94

Examinado em regime de vistas o Projeto 10/94, somos instados à apresentar as seguintes emendas:

1- Emenda modificativa ao artigo 1º do projeto, citando por extenso a quantidade de V.R.M 16.0135(dezesseis, ponto zero um três cinco)

17 X V.R.U.

2- Emenda Substitutiva ao artigo 3º do Projeto que passa a ter a seguinte redação:

art. 3º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 13 de abril de 1994

Norberto Garib

Vereador

obstacul stativ

10\1900 enceinte

10\1910 tel ab coteau

dim estreinte forte : situation

-elle a obtenu deux M.OI et le 1er a ete le plus important

: tenu une position de tir au

canon que obstrue le terrain et le 2^e a ete un avantageable - 1

(comme il fait partie d'un autre objectif) 10\10 de M.R.V ab enchainement

s'est a base du 1er et le 2^e a ete un avantageable - 2

: obstrue le passage

- au contraire, obstrue le 2^e et le 1er est un avantageable - 3 . tir

: le tir au canon est de l'ordre de 1000 m

10\11 ab l'ouest ab El Fekhriyeh

~~dim estreinte~~

~~forte~~



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fis. n.º 53
Proc. 0016 AL/AB

Mococa, 19 de Abril de 1.994.

ref. Of. 318/94-CM

Senhor Prefeito:

Estamos passando às mãos de Vossa Excelência, para as devidas providências, cópia do Autografo nº.13/94, - referente ao Projeto de lei nº.010/94, aprovado com emenda - em Sessão Ordinária realizada no dia 18 do corrente mês.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

José Pompeo Corradi
Presidente

Exmo. Sr.
DR. ANTONIO NAUFEL
DD. Prefeito Municipal de
MOCOCA



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo

Fls. n.º 34
Proc. 0016 194 AP

AUTÓGRAFO N.º 13 DE 1994

Projeto de Lei nº.010/94

Dispõe sobre Convênio com a
Sociedade Cristã Francisco de
Assis.

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Mococa autorizada a celebrar Convênio com a Sociedade Cristã Francisco de Assis, para o desenvolvimento de suas atividades filantrópicas, de assistência social e conclusão de obras, repassando à mesma o valor mensal equivalente a 16,0135 VRM (dezesseis vírgula zero cento e trinta e cinco) Valor de Referência do Município.

Art. 2º - As despesas oriundas do convênio correrão com dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 19 DE ABRIL DE 1994.

De acordo com a Redação
Comissão de Justiça e
Redação

F. W. W.
Maria
José

José Pompeo Corradi
Presidente

Dr. Luiz Armando Caliô
1º Secretário

Norberto Garib
2º Secretário.

LIBRARY
UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARIES
1991-04-15

1991-04-15
1991-04-15

o que o governo pode fazer
que possa ser feito

que é que o governo pode fazer para
que o governo possa fazer é que o governo
possa fazer o que o governo pode fazer
que é que o governo pode fazer é que o governo
possa fazer o que o governo pode fazer
que é que o governo pode fazer é que o governo
possa fazer o que o governo pode fazer

que é que o governo pode fazer é que o governo
possa fazer o que o governo pode fazer

que é que o governo pode fazer é que o governo

que é que o governo pode fazer é que o governo
possa fazer o que o governo pode fazer

1991-04-15

1991-04-15

1991-04-15